

**Fundação de Apoio ao Ensino,
Pesquisa e Extensão – FAEPE**

**Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Contábeis
em 31/12/2017**

Julho/2018

Juiz de Fora, 12 de julho de 2018.

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros da
**Fundação de Apoio ao Ensino,
Pesquisa e Extensão – FAEPE**
Lavras – MG

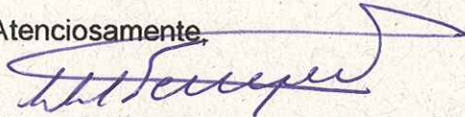
Prezados Senhores,

Estamos encaminhando a V.Sas., as demonstrações contábeis desta Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as que nos foram fornecidas para exame, bem como o nosso Relatório referente ao exame dessas demonstrações contábeis.

Ressaltamos que as demonstrações contábeis e notas explicativas foram elaboradas pela entidade tão somente.

Ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,



Temponi Auditores e Consultores
Pedro Augusto Nemer Temponi
Sócio e Diretor

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros da
**Fundação de Apoio ao Ensino,
Pesquisa e Extensão – FAEPE**
Lavras – MG

Relatórios dos Auditores Independentes

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da Entidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, utilizadas para fins de comparação, foram examinadas nós com emissão de relatório em 25 de maio de 2017, que não possuía ressalvas.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 05 do Conselho Federal de Contabilidade.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

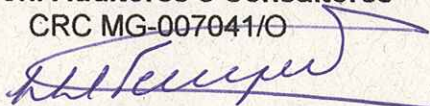
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Juiz de Fora, 12 de julho de 2018.

Temponi Auditores e Consultores
CRC MG-007041/O



Pedro Augusto Nemer Temponi
Contador – CRC MG 64723/O

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE
 Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
 (Em R\$ 1)

ATIVO	Nota explicativa	2017	2016
CIRCULANTE		669.395	926.742
Caixas	nota 3	2.757	4.722
Bancos – recursos livres	nota 3	1.942	37.892
Bancos recursos com restrições		6.079	336
Aplicações financeiras - recursos livres		369.560	324.278
Aplicações financeiras – rec c/ restrições		194.596	399.993
Contas a receber	nota 4	93.669	73.536
Adiantamentos		192	83.146
Outros Créditos		600	2.839
NÃO CIRCULANTE		2.691.103	2.679.868
Depósitos em juízo	nota 5	1.646.410	1.637.250
Investimentos		25.078	25.078
Imobilizado	nota 6	858.313	866.251
Imobilizado de terceiros		161.302	151.289
TOTAL DO ATIVO		3.360.498	3.606.610
CIRCULANTE		391.145	929.520
Fornecedores		41.790	33.466
Obrigações trabalhistas		50.754	75.018
Impostos e contribuições		15.682	24.973
Convênios e contratos	nota 7	189.250	722.527
Receitas a apropriar		93.669	73.536
Outras obrigações		-	-
NÃO CIRCULANTE		1.112.254	1.346.205
Financiamentos		5.490	5.490
Depósitos judiciais	nota 5	945.462	945.462
Provisão trabalhista contratos			243.964
Imobilizações de terceiros		161.302	151.289
PATRIMÔNIO SOCIAL		1.857.099	1.330.885
Patrimônio social		1.857.099	1.330.885
TOTAL DO PASSIVO		3.360.498	3.606.610

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE
Demonstração do (Déficit) dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Em R\$ 1)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		Reclassificado
Receitas Faepe	2.089.291	1.245.375
Receitas financeiras Faepe	25.146	34.238
Receitas de projetos	776.259	1.926.649
Recursos aplicados em projetos	(774.417)	(1.926.156)
Despesas financeiras projetos	(1.842)	(493)
Despesas Administrativas Faepe	(1.578.678)	(1.483.043)
Despesas financeiras Faepe	(9.233)	(11.011)
Despesas não operacionais Faepe	(312)	(789)
Superávit (Déficit) do exercício	<u>526.214</u>	<u>(215.230)</u>

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social nos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Em R\$ 1)

Mutações	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	Fundo Patrimonial	Superávit's (Déficit's) Acumulados	Totais
Saldo em 31/12/2015		<u>15.000</u>	<u>1.531.115</u>	<u>1.546.115</u>
Déficit do exercício			(215.230)	(215.230)
Saldo em 31/12/2016		<u>15.000</u>	<u>1.315.885</u>	<u>1.330.885</u>
Superávit do exercício			526.214	526.214
Saldo em 31/12/2017		<u>15.000</u>	<u>1.842.099</u>	<u>1.857.099</u>

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Demonstração dos Fluxos de Caixa nos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Em R\$ 1)

	2017	2016
CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.109	(41)
Superávit (Déficit) do exercício	526.214	(215.230)
Itens do resultado que não afetaram o caixa		
Depreciação	16.680	25.048
Redução (Aumento) dos direitos realizáveis a curto prazo		
Bancos recursos com restrições	(5.743)	42
Aplicações recursos com restrições	205.397	(168.790)
Clientes	(20.133)	521.274
Adiantamentos	82.954	(64.455)
Outras contas a receber	2.239	(2.589)
(Aumento) dos direitos realizáveis a longo prazo		
Depósitos Judiciais	(9.160)	5.337
(Redução) Aumento nas obrigações de funcionamento		
Fornecedores	8.324	(13.295)
Obrigações trabalhistas	(24.264)	18.613
Impostos e contribuições	(9.291)	24
Outras obrigações	-	(118)
Convênios e contratos	(533.277)	171.408
Receitas a apropriar	20.133	(521.274)
(Redução) Aumento nas obrigações no longo prazo		
Provisão trabalhista contratos	(243.964)	243.964
CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.742)	(1.200)
(Aquisições) do imobilizado	(8.742)	(1.200)
CAIXA DAS ATIVIDADES DE APLICAÇÕES E FINANCIAMENTOS	(45.282)	17.766
(Aumento) Redução aplicações financeiras recursos livres	(45.282)	(56.234)
(Redução) Aumento financiamentos	-	74.000
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO	(37.915)	16.525
Saldo inicial do caixa e bancos - recursos livres	42.614	26.089
Saldo final do caixa e bancos - recursos livres	4.699	42.614
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E BANCOS	(37.915)	16.525

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Apoio Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE, como as demais fundações de apoio criadas no âmbito das Instituições de Ensino Superior, tem amparo e credenciamento nos Ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia de acordo com a lei 8.958/94, regulamentada pelo Decreto lei nº 5.205/04 e pela lei de Inovação Tecnológica de nº 10.973/04. Caracteriza-se como uma organização dentro do terceiro setor instituída pela ASPESAL – Associação de Professores da Escola Superior de Agricultura de Lavras em 16 de junho de 1976, como Fundação do Direito Privado sem fins lucrativos, com a missão de promover o apoio institucional à UFLA – Universidade Federal de Lavras relativas ao ensino, à pesquisa, à extensão e ao desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive aqueles de natureza infra-estrutural, mediante assessoramento à elaboração de projetos e administração de recursos obtidos.

A FAEPE desempenha importante papel como fundação integrada à estrutura organizacional da UFLA proporcionando meios para a captação, viabilização dos programas de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento da UFLA.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis levantadas em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 obedeceram aos princípios e práticas de contabilidade adotadas no Brasil e demais normas técnicas contábeis das entidades sem fins lucrativos.

a) Demonstração do Superávit (Déficit)– O Déficit é apurado com base no regime de competência de exercícios.

b) Convênios e contratos –os direitos e obrigações junto aos projetos são registrados quando do seu efetivo recebimento e desembolso para efeitos de demonstração nas contas patrimoniais.

c) Ativos circulante e não circulante - Os ativos são apresentados ao valor da realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

d) Imobilizado - O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas usuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, bem como a recuperabilidade dos ativos.

e) Passivo circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculados, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

f) Recursos livres e com restrições - A distinção de recursos livres e com restrições refere-se a denominações contábeis, respectivamente para projetos executados com recursos próprios e para projetos executados com recursos de terceiros.

3) CAIXAS E BANCOS – RECURSOS LIVRES

Representam as disponibilidades dos recursos financeiros e possuem características de liquidez imediata.

4) CONTAS A RECEBER

A rubrica contas a receber está representada pelos valores a receber dos contratos de prestação de serviços e da atividade de gestão dos convênios. Seus valores não são componentes de receitas, mas tão somente direitos registrados tendo como contrapartidas a rubrica de convênios e contratos, logo não existem perspectivas de não recebimento que justifiquem a manutenção de uma provável Provisão para Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa.

5) DEPOSITOS EM JUÍZO

Descrição	2017	2016
Causa trabalhista	691.788	691.788
Deposito judicial INSS	945.462	945.462
Deposito recursal	9.160	
	1.646.410	1.637.250

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o montante de R\$ 691.788 refere-se à depósitos e bloqueios judiciais para fazer frente a ação reclamatória trabalhista de Vera Loiola em que os assessores jurídicos apesar da condenação aguardam prazos para caracterização de prescrição intercorrente e a Administração, apesar de possuir o lastro, não possui provisionada a provável perda estimada por estes mesmos assessores.

Já o valor de R\$ 945.462, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, refere-se a ação de cobrança previdenciária de autoria do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, com respectiva contrapartida no Passivo não circulante.

Os assessores jurídicos ainda estimam que exista uma ação, com perspectiva de possível perda, no valor de R\$ 40.000.

6) IMOBILIZADO

Durante o exercício de 2017 a entidade adquiriu máquinas e equipamentos no montante de R\$ 8.742 com vistas à expansão e modernização dos serviços prestados, em 2016 Móveis e utensílios no valor de R\$ 1.200. Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o ativo imobilizado liquido era composto da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Terrenos	700.000	700.000
Moveis e utensílios	116.191	116.843
Veículos	19.529	33.478
Maquinas e equipamentos	22.593	15.930
	858.313	866.251

7) CONVÊNIOS E CONTRATOS

Refere-se ao saldo da movimentação de recursos recebidos e aplicados, representando as obrigações da Entidade com os convênios e contratos, obedece à convenção nos termos de cada projeto e pode assim ser representado:

Descrição	2017	2016
Receitas com restrição	168.356	712.926
Receitas financeiras	20.894	9.601
	189.250	722.527

8) SEGUROS

No exercício de 2017 a Entidade contratou Seguro junto a Travelers Seguros Brasil, para fazer frente a eventuais sinistros de responsabilidade civil de seus Administradores e Diretores no limite máximo de garantia de R\$ 7.000.000.